

## **INCLUSÃO CONSTITUCIONAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS COMO ÓRGÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

### **Autor(res)**

Marcos Paulo Andrade Bianchini  
Washington Sousa Ponciano  
Fábio Gomes Paulino  
Felipe De Almeida Campos  
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas  
Fernando Marçal Soares Batista

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

### **Introdução**

A inclusão das Guardas Municipais no artigo 144 da Constituição Federal, como órgão de segurança pública que assegura a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio é essencial para a ampliação da atuação das Guardas e a valorização da instituição como um todo. A Constituição Federal em seu artigo 144, §8º, restringe a atuação das Guardas, podendo os Municípios destinar a sua criação à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Entretanto, é reconhecido que atualmente as Guardas municipais têm contribuído com outros órgãos de forma a praticar o “policiamento” preventivo e ostensivo, o que caberia somente às polícias militares. Atualmente o STF suspendeu o caso que define se Guardas Municipais pertencem à segurança pública, encontrando também resistência da Sexta turma do STJ que reforça o entendimento de que a Guarda Municipal não pode exercer atribuições das polícias civis e militares, porém o caso continua a ser debatido.

### **Objetivo**

Torna-se necessário um entendimento amplo sobre os Direitos Constitucionais, pois o direito à segurança é barrado pela função restrita praticada pela Guarda, segundo a Constituição. O objetivo é instituir uma Guarda forte que possa atuar de maneira a permitir essa segurança preventivamente e ostensivamente, exercendo de forma irrestrita e sem barreiras jurídicas, o poder de polícia que já possui.

### **Material e Métodos**

O método utilizado é o método indutivo, partindo da premissa de que a Guarda Municipal exerce o seu poder de polícia de forma a enquadrar-se na Constituição como órgão de segurança pública. Utilizando da legislação interna de diversas guardas, vemos que algumas já são tratadas institucionalmente e socialmente como "Polícia Municipal" de acordo com as atividades que exercem no Município, colaborando, assim, para a diminuição da criminalidade e contribuindo com a segurança.

## Resultados e Discussão

Temos como marco histórico e fundamental a criação da lei 13.675, que instaurou o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), mudando o entendimento da política de segurança pública no Brasil. A criação da lei teve como intuito promover o trabalho de forma integrada, cooperativa e harmônica entre as forças de segurança pública, sendo incluída as Guardas Municipais. Com isso, o entendimento jurídico passa a ser não mais taxativo em relação à Constituição Federal, mas uma forma de incluir outros órgãos como fundamentais para segurança pública. As Guardas Municipais já exercem a função de polícia, muitas vezes vai além, cuidando do patrimônio, fazendo policiamento ostensivo, fazendo condução à delegacia e praticando prisões e detenções, tudo isso em prol do cuidado com o patrimônio e com a população. Contudo, ainda encontramos barreiras para a inclusão das Guardas Municipais que depende da aprovação no Congresso Nacional da proposta de emenda à Constituição.

## Conclusão

É necessária a inclusão Constitucional para que as Guardas Municipais continuem exercendo o policiamento ostensivo e preventivo em escolas, parques e estações de transporte para repelir ações criminosas e contribuir cooperativamente com outros órgãos de segurança pública, garantindo à população a preservação do seu direito fundamental. Com isso, a instituição torna-se valorizada, recebendo investimentos e tornando-se cada dia mais forte e eficaz.

## Referências

PÁGINA CÂMARA DOS DEPUTADOS - Lincoln Portela defende a regulamentação da atividade de guarda municipal - 10/09/2022 - <https://www.youtube.com/watch?v=biQ0wF6ilXY>

PÁGINA CURSOS CPP - SUSP Sistema Único de Segurança Pública, lei 13.675 - Aula Resumo - <https://www.youtube.com/watch?v=COjxa9De7iY>

Constituição Federal de 1988, artigo 144 - DA SEGURANÇA PÚBLICA